

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
CAMPUS VALE DO RIO MADEIRA – CVRM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE – IEAA
CURSO DE PEDAGOGIA

O AEE E O ATENDIMENTO AO ALUNO COM AUTISMO

Humaitá-AM

2019

DEBORA TAIANE FERREIRA LOBATO

O AEE E O ATENDIMENTO AO ALUNO COM AUTISMO

Trabalho para obtenção de nota no
Componente Curricular: Trabalho de
Conclusão de Curso, sob orientação da Prof.
Msc. Francisca Chagas da Silva Barroso, do
Curso de Pedagogia.

Humaitá-AM
2019

DEBORA TAIANE FERREIRA LOBATO

O AEE E O ATENDIMENTO AO ALUNO COM AUTISMO

Trabalho para obtenção de nota no
Componente Curricular: Trabalho de
Conclusão de Curso, sob orientação da Prof.
Me. Francisca Chagas da Silva Barroso, do
Curso de Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Francisca Chagas da Silva Barroso
(Orientadora)

Profa. Dra. Maria Isabel Alonso Alves
(Examinador 1)

Profa. Dra. Rozane Alonso Alves
(Examinador 2)

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L796a Lobato, Debora Taiane Ferreira
O AEE e o Atendimento Ao Aluno Com Autismo / Debora Taiane
Ferreira Lobato. 2019
43 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Francisca Chagas da Silva Barroso
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Autismo. 2. Educação Inclusiva. 3. Aee. 4. Educação Especial.
5. Desafios. I. Barroso, Francisca Chagas da Silva II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui, me dando saúde e forças para superar todas as dificuldades encontradas ao longo desse caminho. Em segundo lugar, agradeço a minha mãe Eide Ferreira, pois ela é a minha maior incentivadora, a pessoa a quem eu devo a vida e é a minha melhor amiga, a pessoa com quem eu posso contar em todas as horas, pois muitas vezes me senti incapaz, mas ela sempre esteve ao meu lado me mostrando que não se deve desistir dos nossos sonhos, porque tudo é possível, quero agradecer ainda ao meu filho João Miguel pela compreensão da minha ausência em alguns momentos. Em terceiro lugar agradeço a minha orientadora, Prof.^a Ms. Francisca Barroso, pelo empenho e dedicação ao meu trabalho, pela paciência, pelo suporte e por sempre acreditar em mim e não permitir que eu desistisse. Agradeço ainda, ao meu companheiro Pedro Marcelino por todo apoio e incentivo. Meus agradecimentos as minhas amigas Aline, Fernanda e Helen por todo apoio ao longo dessa caminhada e aos meus amigos e companheiros da graduação Alex, Beatriz, Luana, Rayana, Thais e Wilcileyne que nos tornamos irmãos de amizade, nos apoiando uns nos outros nos momentos mais difíceis. Agradeço a minha prima Camila que contribuiu muito para a minha formação. E por fim, mas não menos importante aos que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação, o meu muito obrigada.

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda sobre uma temática atualmente muito visível e discutida por pesquisadores que estudam a fundo sobre o autismo, com o intuito de esclarecer algumas questões sobre o tema. O autismo é um distúrbio de desenvolvimento que normalmente surge até os três anos de idade que ocorre em aproximadamente dois a sete em cada mil indivíduos. Autores como Maleval (2017), Mantoan (2003), Ropoli (2010), Costa (2017) dentre outros, procuram através de suas pesquisas ampliarem estes estudos, direcionando-os também para a sala de aula regular, pois, é onde se encontram os maiores desafios para lidar com as crianças autistas. Esta pesquisa assumiu esse pressuposto de verificar como é desenvolvido o trabalho com os alunos autistas nas escolas da rede pública municipal. Assim, traçamos como objetivo geral: Compreender o AEE, a partir da utilização da sala de recursos, no atendimento a estudantes com autismo. E como específicos: Identificar os desafios dos professores na realização de seu trabalho na sala de recursos; Descrever as ações desenvolvidas para o atendimento ao estudante com autismo; Conhecer como a sala de recursos está organizada para o atendimento da diversidade na educação especial e Reconhecer a importância da sala de recursos para o AEE, considerando as necessidades dos alunos. Desse modo, este trabalho assumiu uma abordagem qualitativa, utilizando para análise de dados o questionário semiestruturado aplicado com os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais inseridas nas escolas da rede pública do município de Humaitá-AM que nos permitiu compreender a importância do atendimento educacional especializado (AEE) para o aluno autista, de modo que este contribui positivamente no processo educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, nos permitiu ainda, conhecer como é desenvolvido esse atendimento, quais suas especificidades e como é importante o papel da família na vida desses alunos que necessitam desse atendimento.

Palavras-Chave: Autismo, Educação Inclusiva, AEE, Educação Especial e Desafios.

ABSTRACT

This paper deals with a topic currently very visible and discussed by researchers who study in depth about autism, in order to clarify some issues on the subject. Autism is a developmental disorder that usually arises by age three and occurs in approximately two to seven out of every 1,000 individuals. Authors such as Maleval (2017), Mantoan (2003), Ropoli (2010), Costa (2017) among others, seek through their research to broaden these studies, also directing them to the regular classroom, because this is where they are. the biggest challenges in dealing with autistic children. This research assumed this assumption of verifying how the work with autistic students is developed in the public schools. Thus, we outline as general objective: Understand the ESA, from the use of the resource room, in the care of students with autism. And as specific: Identify teachers' challenges in performing their work in the resource room; Describe the actions developed to assist the student with autism; Know how the resource room is organized to meet diversity in special education and Recognize the importance of the resource room for the ESA, considering the needs of students. Thus, this work took a qualitative approach, using for data analysis the semi-structured questionnaire applied with teachers working in multifunctional resource rooms inserted in public schools in the city of Humaitá-AM that allowed us to understand the importance of educational care (ESA) for the autistic student, so that it contributes positively to the educational process of students with special educational needs, also allowed us to know how this care is developed, its specificities and how important is the family's role in their lives. students who need this service.

Keywords: Autism, Inclusive Education, ESA, Special Education and Challenges.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	10
2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL: ASPECTOS LEGAIS	12
2.1 Educação inclusiva e os desafios no processo de inclusão do aluno com deficiência	13
2.2 O processo de inclusão do aluno autista na escola pública.....	18
3.1 Autismo: o que é e quais suas características	22
3.2 Família e a criança com autismo.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
4.1 Organização da sala de recurso/sala de atendimento	27
4.2 O AEE e as diferenças na/da Educação especial no município	31
4.3 O atendimento educacional especializado para o aluno autista	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, e parte de uma pesquisa de iniciação científica, com o objetivo de conhecer um pouco mais o universo autista, este que está cada vez mais presente na sociedade e não é diferente no município de Humaitá. No decorrer do trabalho abordaremos um pouco da história do Transtorno do Espectro Autista (TEA), um breve resgate desde o início, quando o mesmo era considerado como uma característica da esquizofrenia por vários psiquiatras. Desse modo, inúmeras pessoas, especialmente crianças foram diagnosticadas com um transtorno que não tinha um conceito definido, pois descreviam este como um sintoma da esquizofrenia.

Para entender o que seria realmente esse transtorno desconhecido, o psiquiatra Leo Kanner decidiu estudar sobre o assunto para comprovar que não se tratava de um sintoma da esquizofrenia, mas sim, de um transtorno que não tinha o conceito definido ainda. Com isso, o psiquiatra estudou onze crianças que aparentemente se comportavam de diferentes maneiras, tendo dificuldades em adaptação e principalmente na interação social.

Depois de um período de profundos estudos, esse transtorno, que era desconhecido por volta da década de 1950, passou a ser considerado então como autismo, que se tratava de um distúrbio de desenvolvimento que surge geralmente até os três anos de idade, ocorrendo então há cerca de dois a sete de cada mil indivíduos.

O termo autismo foi adotado por Eugen Bleuler, baseado nos seus estudos que mostraram a incapacidade de crianças conviverem com outras pessoas no âmbito que estavam inseridas. O autismo se integrou na modalidade “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento” em 1993, apresentando como aspectos dificuldade na interação social, no processo de comunicação e atividades repetitivas, mas, no Brasil só passou a considerar essa versão a partir de 1996. Após várias edições do DSM¹ o autismo foi considerado então como uma doença.

O TEA (Transtorno do Espectro Autista) como ficou conhecido, é algo que avança até a vida adulta, ou seja, não pode ser contraído, mas ainda há muito a ser feito para ajudar essas crianças, considerando que nem todos os autistas apresentam todos os sintomas já identificados até hoje. Outro aspecto importante, é que o transtorno não pode ser detectado no nascimento, o que prejudica o diagnóstico e, conseqüentemente, os cuidados necessários à criança.

No decorrer das lutas a favor do reconhecimento do autismo como uma deficiência, o autismo foi se fazendo cada vez mais presente principalmente nas escolas, mesmo com

¹ Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais é direcionado aos profissionais da área da saúde mental, de modo que estes podem diagnosticar diversos transtornos.

dificuldades e ainda exclusões, essas pessoas estão ocupando seus devidos lugares na sociedade, indo contra todos que acreditavam ser impossível fazer parte do âmbito social e educacional, principalmente por conta da dificuldade em desenvolver habilidades motoras.

Ademais é comum que a criança autista realize atividades repetitivas, possuindo ainda uma grande dificuldade de compreender aspectos da comunicação não verbal, como entonação da voz e gestos, isso interfere significativamente no seu processo de aprendizagem.

Nesse contexto, apoiamo-nos a Maleval (2017) ao afirmar que a relação da criança autista com outras é muito particular, as relações que ela, às vezes, pode estabelecer são fragmentárias, entretanto, isso vai depender muito da maneira como isso é trabalhado com ela desde pequena. Desse modo, a escola interfere significativamente na vida da criança com autismo, considerando que será o espaço onde ela talvez aprenda a controlar as emoções podendo contribuir também para o seu desenvolvimento relacionados a interação social já que é um dos seus maiores obstáculos.

Entende-se que a escola é o principal ambiente para a criança superar o seu principal obstáculo que é a interação social, mas também, é o ambiente que irá desenvolver suas habilidades, podendo então conhecer seus limites, pois o seu desenvolvimento é algo fundamental. Assim, é importante que a escola esteja apta para atender essa diversidade, mesmo porque a inclusão é garantida pela Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão) que é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência visando à sua inclusão social e cidadania.

Todavia, é fundamental que a escola esteja determinada a enfrentar o desafio de atender crianças com autismo, considerando que naturalmente se trata de um trabalho complexo a ser desenvolvido devido às características desse transtorno. Entretanto, sabe-se da importância de obter na escola profissionais habilitados para atuar com os alunos autistas na escola, isso na sala de aula regular e principalmente na sala de recursos multifuncionais, que se trata do atendimento educacional especializado (AEE), onde são desenvolvidas atividades de acordo com cada deficiência.

Uma das atividades desenvolvidas na sala de recursos, são as tecnologias assistivas, que contribuem para o desenvolvimento de interação das pessoas com deficiência. Esse método permite fazer a educação inclusiva considerando que as tecnologias assistivas são recursos e serviços que visam ampliar as habilidades funcionais, gerando a participação de pessoas com deficiência visando sua autonomia, promovendo então a inclusão social.

O atendimento educacional especializado elabora e reorganiza materiais pedagógicos, com o intuito de eliminar as barreiras que os autistas enfrentam, contribuindo e incentivando a

participação dos educandos de acordo com as suas especificidades. O profissional que atua no AEE deve ter formação que o habilite desenvolver esse trabalho, sendo por sua natureza complexo. O atendimento é de suma importância de maneira que contribui de forma positiva e significativa na formação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

É fundamental o papel que a escola juntamente com a família desenvolve, pois é no ambiente familiar que se inicia o processo de interação e autonomia, estabelecendo um elo de confiança com a criança. Compreende-se que o compromisso da família para com a criança autista é grandioso, pois será o espelho da criança e é a partir das relações familiares que o autista passará a interagir com outras pessoas considerando que esse é um processo complexo já que o autista tem a dificuldade de manter contato com outras pessoas.

Esta pesquisa se deu pelo de fato de despertar em mim a curiosidade de conhecer esse universo e compreender como é realizado o trabalho com as crianças autistas, isso aconteceu quando eu fiz a disciplina de educação especial e logo em seguida conheci uma criança autista a quem eu me apeguei muito e não entendia o seu comportamento, então decidi me aprofundar no assunto para que fosse possível esclarecer minhas dúvidas e participar mais da vida dessa criança de maneira que eu pudesse contribuir para o seu desenvolvimento.

No intuito de uma aproximação com o universo autista, este trabalho foi desenvolvido em quatro tópicos. No primeiro é apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste, os desafios encontrados e os métodos utilizados para coleta de dados; a partir do segundo tópico é a apresentação do referencial teórico, o que nos possibilitou conhecer e compreender a realidade desse transtorno que atualmente é muito discutido, abordaremos inicialmente o histórico da educação especial nos aspectos legais juntamente com a educação inclusiva e os desafios que a mesma enfrenta para se fazer presente na vida das pessoas com deficiência, destacando o que é de fato a educação inclusiva ou escola inclusiva, como se adapta para atender essa diversidade e como é desafiante encarar essa realidade.

O terceiro tópico aborda a questão dos desafios que a escola enfrenta diariamente para o atendimento aos alunos com autismo, e também, um breve histórico desse transtorno. Discute, ainda, a importância da família na vida escolar e cotidiana do aluno com transtorno do espectro autista, como também abordará as dificuldades da família no processo de aceitação do filho com deficiência. Por fim, no quarto e último tópico trazemos os resultados obtidos através das análises dos dados coletados com sujeitos que atuam na sala de recursos, ou seja, os profissionais que estão habilitados (ou não) para atender esse público.

1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa em questão trouxe um conhecimento sobre o autismo, sobre a realidade desse universo não tão novo e atualmente muito discutido por estudiosos. Para compreender um pouco mais sobre esse universo, a pesquisa foi realizada numa abordagem qualitativa. Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa se define de acordo com as proposições de Chizzotti (2008, p. 83):

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se que elas têm conhecimento prático de senso comum e representações relativamente elaboradas que forma uma concepção de vida e orientam suas ações individuais [...].

De acordo com Minayo (1994) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

As características desta pesquisa encaminham para a necessidade da pesquisa bibliográfica necessária para fundamentar e orientar o desenvolvimento da pesquisa. Para Gil (2000) a pesquisa bibliográfica se constitui principalmente de livros e artigos científicos. Através da pesquisa bibliográfica foi possível compreender como a educação especial de um modo geral surgiu e quais foram os desafios enfrentados por todos que lutaram e atualmente ainda lutam para que esta esteja cada vez mais presente e fazendo história em aspectos positivos.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender o AEE, a partir da utilização da sala de recurso no atendimento a estudantes com autismo. Como objetivos específicos tivemos: identificar os desafios dos professores na realização do seu trabalho na sala de recursos; descrever as ações desenvolvidas para o atendimento ao estudante com autismo; conhecer como a sala de recurso está organizada para o atendimento da diversidade na educação especial; reconhecer a importância da sala de recurso para o AEE, considerando as necessidades dos alunos.

A pesquisa foi realizada com professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais (SRM) da educação básica nas escolas municipais e estaduais. Para manter o anonimato, nomeamos os sujeitos professores como P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

Na ida a campo, para a coleta de informações utilizamos o questionário semiestruturado, como instrumento de pesquisa.

O questionário foi elaborado considerando as características de cada sujeito que responderam dez questões. Os questionários foram entregues a 9 professores, porém, somente 7 responderam. Este instrumento de coleta foi organizado, a priori, com perguntas abertas e fechadas, que pudessem culminar com os objetivos propostos na investigação já “que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo” (SEVERINO, 2007, p. 125).

Após a fase de coleta de dados, houve a organização/tabulação das informações obtidas para a análise. A análise dos dados se deu com base nos autores elencados no quadro teórico.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL: ASPECTOS LEGAIS

A educação especial vem se destacando ao longo desses anos de lutas, em busca de direitos e do reconhecimento de suas conquistas, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. Entretanto, sabe-se que apesar de ser garantido por lei o direito à educação, ainda existem barreiras a serem ultrapassadas, principalmente no que diz respeito à educação especial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, no art. 58 entende por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. Nesse sentido, a educação especial é um direito assegurado por lei, devendo, então, ser oferecida a todas as pessoas com deficiência.

Apesar dos avanços na área, ainda assim, compreendemos a necessidade de discutir sobre essa questão, levando em consideração que os direitos destinados à educação especial não são eficazes a ponto de encerrarmos as discussões sobre essa temática. Todas as discussões a esse respeito inserem-se no campo das Políticas Educacionais propostas a uma parcela da sociedade que precisa ter seus direitos garantidos conforme prevê a lei.

É importante conhecer um pouco a trajetória da educação especial para entendermos algumas questões sobre o andamento das discussões a seu respeito. De acordo com Trevisan e Carregari (2011) os primeiros movimentos para ensinar a pessoa deficiente começaram na Europa, em 1500. Apesar de não possuir ainda escola para essas pessoas, alguns educadores passaram a se interessar, tornando-se, então, professores particulares delas. Porém, as crianças que recebiam essa educação eram apenas as que vinham de famílias bem-sucedidas. Aos poucos, com o passar do tempo, foram surgindo instituições para o atendimento a pessoas com deficiência, no entanto, atendiam somente surdos e cegos.

Seguindo então o mesmo caminho que a Europa, surgiram as instituições especializadas no Brasil, para o atendimento de pessoas com deficiência. Segundo Trevisan e Carregari:

A educação especial no Brasil foi se ampliando lentamente e foram criados mais institutos particulares. Os serviços públicos eram prestados por meio das escolas regulares, que ofereciam classes especiais para o atendimento dos deficientes (2011. p. 67).

Com isso, a educação especial no Brasil foi se ampliando de modo a ser reconhecida pelo governo federal em 1957, sendo incluída na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.054/61 em dois dos seus artigos (88 e 89), garantindo o direito à educação dessas pessoas com deficiência.

A partir de então, não somente no Brasil, mas também, em outros países a educação especial foi ganhando espaço e tendo mais visibilidade, em busca de uma educação de qualidade como garantia para todos. A nomenclatura de Educação Especial foi se modificando ao longo dos anos, até mesmo para acompanhar o desenvolvimento dessa modalidade e até mesmo o conhecimento desta.

Quando a educação especial foi assumida no Brasil, campanhas foram criadas a favor das pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre elas, a de 1960, que se tratava da educação e reabilitação de deficientes mentais, que tinha por intuito estimular em todo o território brasileiro, a educação, a reabilitação e a assistência educacional das crianças com deficiência mental. Nesse período já haviam classes especiais nas escolas regulares, ou seja, as escolas já atendiam alunos com necessidades especiais.

Por fim, a Educação Especial durante muito tempo foi tratada com descaso por parte dos governantes, o que afetou significativamente as políticas educacionais relacionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo esta uma área de conhecimento que tem por objetivo avaliar, buscar novas estratégias e ofertar o atendimento educacional especializado complementando ou suplementando de maneira transversal.

2.1 Educação inclusiva e os desafios no processo de inclusão do aluno com deficiência

A educação inclusiva foi ganhando visibilidade ao longo desses anos de muitas lutas para conquistar os direitos que atualmente as pessoas com deficiência possuem. É preciso, antes de mais nada, ter a compreensão de que Educação Inclusiva e Educação Especial são conceitos distintos, ou seja, um conceito não substitui o outro. A educação inclusiva se trata da inserção de crianças com deficiência em escolas que tem como objetivo acolher a todos, promovendo o desenvolvimento e aprendizagem de todos as crianças, conforme garante a lei no que diz respeito ao direito à educação.

Os movimentos que surgiram a partir da década de 1950 influenciaram muito no processo de inclusão, rompendo com a exclusão de qualquer minoria, por isso a educação inclusiva é para todos, sendo preferencialmente para o público alvo da educação especial. Costa (2017) afirma que,

[...] apesar de se ter rompido muitas barreiras para garantir uma melhor qualidade de vida e aceitação social das PcD (pessoas com deficiência), ainda é preciso diminuir a distância entre eles e as pessoas consideradas normais. (p. 26)

Todavia, podemos compreender que a educação inclusiva é uma realidade que está cada vez mais presente, porém, é um processo que está em constante desenvolvimento até nos dias atuais. A educação inclusiva é um desafio para a escola porque precisa oferecer ensino de qualidade na mesma perspectiva que para os “ditos normais”, nos quais as crianças possam se desenvolver de forma plena, sendo capaz de superar suas dificuldades de aprendizagem e interagir no espaço da sala de aula e da escola de maneira natural para ela.

De acordo com Ropoli (2010), a inclusão surgiu para romper com os paradigmas que apoiavam o tradicionalismo das escolas, questionando a fixação de modelos considerados ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão.

Diante disso, é compreensível a necessidade de adaptação das escolas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais, pois é partir disso que a inclusão passará a fazer parte deste ambiente. Quando se trata de inclusão não é apenas ter um aluno com deficiência inserido na escola, mas é ir além disso. Trata-se de incluí-lo nas atividades da escola juntamente com os outros estudantes, e permitir à criança o desenvolvimento de suas capacidades, de sua interação no ambiente escolar.

A esse respeito, Ropoli (2010) afirma que,

Ambientes escolares inclusivos são fundamentados em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se ordenam em torno de oposições binárias (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico). Neles não se elege uma identidade como norma privilegiada em relação às demais. (p.7)

A partir disso, vemos a importância da inclusão no processo educacional no que se refere à adaptação dos ambientes escolares e principalmente a inclusão na sala de aula, considerando que é de fundamental que o corpo docente esteja preparado para receber e atuar com crianças deficientes.

Entretanto, infelizmente a maioria dos docentes que atendem alunos com necessidades educacionais especiais não estão preparados para receber esses alunos em sala de aula, pois não receberam formação adequada, o que interfere negativamente no processo de aprendizagem desses alunos.

Apesar dos desafios e dificuldades, Costa (2010) afirma que a questão da inclusão e o caminho percorrido por esta, tem evidenciado grandes avanços, não apenas sociais, como também pedagógicos e tecnológicos, objetivando uma sociedade mais inclusiva.

O ambiente escolar é o principal espaço para fazer valer a inclusão em qualquer ambiente, sendo de suma importância levar em consideração o contexto no qual cada criança está inserida.

É importante que a escola busque conhecer a realidade desses alunos para intervir de forma correta quanto às atividades desenvolvidas em sala, almejando o pleno desenvolvimento da criança. Quando falamos em inclusão escolar não podemos deixar de lembrar que, infelizmente, ainda há a exclusão escolar que,

[...] manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (MANTOAN, 2003, p. 13)

Todavia, ainda podemos destacar também que a inclusão se difere da integração que na concepção de Mantoan (2003, p. 16),

[...] pode ser entendida como o “especial na educação”, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares.

Então, falar em inclusão escolar vai além de inserir ou integrar um aluno em uma escola regular de ensino, é contribuir para o surgimento de uma nova entidade, na forma física e na capacidade mental do ser humano. Com isso, podemos compreender que a inclusão vai além de uma sala de aula e até mesmo de uma escola especializada para o atendimento a pessoas com deficiência, trata-se de incluir o autista tanto no âmbito educacional como também no âmbito social.

A inclusão é um assunto discutido há muito tempo, mas, apenas a partir da metade do século XX é que essa temática ganha mais visibilidade se tornando evidente. Antigamente, todas as pessoas com deficiência, principalmente as crianças, dificilmente tinham acesso à educação, quando passaram a fazer parte do processo educativo logo de início o atendimento especializado era separadamente, não era permitido a frequência dessas pessoas à escola regular, pois acreditava-se que as mesmas não tinham capacidade de aprendizagem como as ditas “normais”.

Os países mais desenvolvidos haviam criado instituições especializadas para o atendimento à essas pessoas com deficiência, essas instituições tinham o intuito de ensinar as atividades básicas do dia a dia. Logo, a educação especial foi se fazendo cada vez mais presente na sociedade, se tornando fundamental tanto quanto o ensino regular.

Consequentemente, por volta de 1980 ainda era possível notar a diferença com a qual os professores se referiam aos alunos com deficiência. Nesse período, os alunos com deficiência

tinham que se adaptar as atividades propostas pela escola e pelos professores, como também, ao próprio ambiente escolar. Assim, podemos notar então que a inclusão era algo que não fazia parte da realidade desses alunos.

Surgiram então movimentos a favor da inclusão escolar de crianças com necessidades especiais que se manifestaram especialmente nos Estados Unidos. Com isso o termo “inclusão” passou a ser utilizado com mais frequência a partir da década de 1990. Segundo Cunha

Posteriormente, no ano de 1994, realizou-se a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em Salamanca, Espanha, contando com a presença de 88 governos e 25 organizações internacionais. O Brasil foi signatário do documento produzido em assembleia denominado de “Declaração de Salamanca”, que influenciou de forma definitiva as políticas inclusivas. Nesse mesmo ano, a Política Nacional de Educação Especial passou a orientar o processo de integração instrucional, que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos típicos. (2016, p. 36-37)

À vista disso, o Brasil mostrou o reconhecimento a inclusão como sendo um processo primordial na educação, isto é, promovendo aos alunos com deficiência uma educação de acordo com as suas necessidades, com intuito de proporcionar as mesmas oportunidades para todos, incluindo os alunos com necessidades educacionais especiais.

Sendo uma temática muito discutida e visível, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 0.394/96 destacou a importância da educação inclusiva, assegurando que essa modalidade deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular; (BRASIL, 1996, p. 39)

Podemos dizer então que a lei garante o direito ao acesso à educação para os alunos com deficiência, como também, o atendimento educacional especializado, apesar disso, ao longo de

muitos anos, julgava-se que a educação especial teria que ser projetada de maneira simultânea à educação comum, para que fosse possível assim o aluno estar inserido no sistema regular de ensino.

De acordo com Cunha (2016), essa concepção causou um impacto que durou por um longo tempo na história da educação especial, que acabou resultando em práticas que ressaltavam os fatos relacionados à deficiência. Para tanto, pensar na inclusão vai além de inserir um aluno na sala de aula regular, é preciso capacitação dos professores e aperfeiçoamento em suas práticas.

Como os estudos na área da educação vem se desenvolvendo, acredita-se ser necessário e de suma importância que se promova uma reforma nas escolas do ensino regular e especial.

Em contrapartida, Cunha (2016, p. 41) ressalta:

Portanto, estamos em um momento de transição em direção a uma educação inclusiva. Por conseguinte, qualquer radicalismo poderá ser perigoso, pois a realidade em nosso País tem mostrado que muitas escolas carecem de melhor preparação para ensinar o aluno com necessidades especiais. É legítimo discutirmos tudo o que se refere ao nosso ofício. Ao mesmo tempo, precisamos educar. Certamente, há estudantes com espectro autista em instituições regulares e especiais. Trabalhamos para que as práticas docentes sejam inclusivas nesses dois espaços.

Em 28 de dezembro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.764, Lei Berenice Piana, que reconhece o autismo como uma deficiência e que garante ao autista todos os direitos previstos para pessoas com deficiência, onde no art. 3º em seu inciso quatro garante-lhes acesso total à educação e ao ensino profissionalizante.

Esta Lei, está de acordo com o que é proposto no Plano Nacional de Educação (2014-2024), que em sua meta quatro tem por objetivo:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2000).

Quando se fala em inclusão é preciso deixar esclarecer que esta deve ser na sociedade e a escola sendo um espaço social tem o papel de atender as necessidades dos alunos que possuem qualquer deficiência, então torna-se necessária a elaboração de um planejamento para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para esses alunos. A escola inclusiva assegura a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, considerando e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas competências e dificuldades.

De mais a mais, a escola inclusiva se trata de um ambiente muito estimulante para qualquer criança, em especial para as crianças autistas. Desse modo, a inclusão afeta de forma positiva e significativa na vida do aluno com autismo de maneira que o mesmo desenvolverá suas habilidades, isso dar-se-á com mais facilidade no momento em que a mesma tem o suporte multidisciplinar, isto é, sempre que tem os profissionais habilitados para encarar essa deficiência, exemplos disso são os médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros.

2.2 O processo de inclusão do aluno autista na escola pública

O processo de desenvolvimento do aluno autista nas escolas inclusivas é trabalhado de forma rígida para que o mesmo tenha autoconfiança em sua rotina e se sinta apto a aprimorar outras habilidades.

O padrão de comportamento autístico impõe rigidez a uma série de aspectos do funcionamento diário, tanto em atividades novas como em hábitos e brincadeiras. Isto tende a ser uma dificuldade para o ensino. Um mundo repleto de responsabilidade e surpresas pode ser desafiante e confuso para o autista, por isso ele sente segurança em sua rotina. Entretanto, a rotina pode ser transformada em uma ferramenta, criando uma possibilidade de aprendizagem (CUNHA, 2014, p. 35).

É importante que o autista não se sinta excluído das atividades propostas, pois isso afetará significativamente no seu desenvolvimento. Para que facilite posteriormente, esse processo deve ser iniciado já na educação infantil, isto é, no início da vida escolar do aluno com autismo. A educação infantil é a fase em que a criança passa a desenvolver com frequência suas habilidades motoras e cognitivas, como também é onde a criança passa a ter contato com outras crianças, aprendem a brincar, dividir e interagir. Então, é essencial que o educador trabalhe nessa fase escolar da criança de maneira que transmita amor e segurança, pois sua responsabilidade é grande principalmente se tratando de crianças autistas. Drago (2011, p. 96) afirma que,

Pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito a criança pequena à educação de qualidade que a veja como sujeito produtor de história, cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e também é sujeito social que possui, produz e reproduz cultura, conhecimento e história.

A partir do momento que a criança autista passa a adaptar-se na escola tudo vai se tornando menos complexo, desde que ela tenha a atenção merecida e passe a se sentir amada. É importante que deixe o autista aprender no seu tempo, sem muita cobrança e exigência por parte dos professores. Outro aspecto fundamental para esse processo de desenvolvimento do

autista, é a parceria que deve haver entre a escola e a família, pois é necessário que o autista conheça os limites em casa e também que a família desenvolva atividades em casa com a criança.

Uma grande ajuda para todos os indivíduos com autismo, independentemente do grau de severidade, vem das relações familiares, em razão do enfoque na comunicação, na interação social ou no afeto. Entretanto, escola e família precisam ser concordes nas ações e nas intervenções na aprendizagem, principalmente, porque há grande suporte na educação comportamental. Isto significa dizer que a maneira como o autista come, veste-se, banha-se, escova os dentes, manuseia objetos e os diversos estímulos que recebe para o seu contato social precisam ser consoantes nos dois ambientes (CUNHA, 2014, p. 89).

Isso torna-se um desafio a ser enfrentado principalmente pelo professor, pois somente com a ajuda dos pais é que ele desenvolverá um trabalho com resultados positivos, considerando que alunos autistas exigem um pouco mais de atenção. Se houver sempre esse interesse de ambas as partes, o aluno autista se tornará mais confiante e sentirá que tem capacidade de desenvolver suas habilidades, pois a partir de então será visto como diferente e não incapaz.

Embora haja essa parceria entre a escola e a família, a responsabilidade do professor não diminui, pois, a partir do momento que o aluno entra na sala de aula é obrigação do professor trabalhar com o aluno de forma que ele aprenda e tenha isso como algo prazeroso, vale ressaltar que é a partir da sua prática que o professor desenvolverá atividades que não exclua o aluno autista. Para Orrú,

O caminho das práticas pedagógicas inovadoras e não excludentes não é o de focar nas inabilidades, nos déficits, naquilo que os alunos não sabem fazer, tampouco direcionar a expressão do ser. Distintamente, é olhar para o aprendiz e compreendê-lo como um sujeito que aprende e promover condições para que ele se expresse à sua maneira. O foco também não é que ele aprenda necessariamente os conteúdos curriculares impostos, mas sim proporcionar espaços e momentos de aprendizagem a partir de seus interesses, levando-se em conta que seus interesses também podem ser os mesmos interesses de seus outros colegas em autismo (2016, p. 167).

A relação que o professor estabelece com o aluno autista dará início a sua autonomia na escola, pois mesmo que encontre dificuldade para se adaptar ou até mesmo de aprendizagem o aluno sentirá que tem em quem confiar, isso ajudará com que o autista controle suas emoções. Portanto, é de suma importância que o professor esteja preparado para se adaptar ao tempo do aluno autista, pois será um desafio a ser enfrentado.

3 AUTISMO E ESCOLA: UM DESAFIO A SER ENFRENTADO

Sabe-se que os autistas, dependendo do nível de gravidade, não aceitam da melhor forma a ideia de frequentar a escola. No início tudo é mais complexo por conta do hábito que a criança tem de estar sempre com os pais. Porém, no momento de ingressar na escola, alguns desafios são colocados à criança com autismo, aos pais e, conseqüentemente, à escola que precisa ter condições de atender essas crianças.

Desde o início, a escola deve ser informada que a criança possui deficiência para que seja possível adaptar as aulas e acompanhar o ritmo de desenvolvimento dessa criança. Infelizmente nem sempre isso acontece, pois, alguns professores não possuem formação adequada que possibilite adaptar suas aulas para que o aluno autista possa interagir da mesma maneira que os demais.

O autista tem a capacidade de aprender com muita facilidade, quando tem alguma habilidade em específico, geralmente se destaca, é claro que nem todos são assim isso são casos raros, sendo fundamental levar em consideração o grau de autismo, isso ocorre geralmente quando o grau é leve ou moderado, pois o grau severo dificilmente consegue aprimorar suas habilidades, então como normalmente a criança autista demora um pouco mais que as outras para aprender é necessária uma atenção especial.

Contudo, é importante que a criança autista estabeleça um elo de confiança com aqueles que estão próximos a ela. Isso não é fácil de acontecer, pois o autista dificilmente permite a aproximação de pessoas aleatórias, porém, ao estabelecer esse elo de confiança, a criança está tendo a oportunidade de avançar, desenvolvendo suas habilidades e, conseqüentemente, progredindo em seu processo de aprendizagem.

A adaptação da criança levará um certo tempo, pois a escola é um fato novo em sua vida, isso demanda um certo cuidado por parte dos pais, mas principalmente dos professores que serão seus companheiros durante o período que a criança estiver na escola. Para Cunha (2014, p. 33),

É normal a criança autista sentir-se desconfortável e intimidada em um ambiente novo, como o da escola. É normal buscar apoio nas coisas ou nos movimentos que a atraem, mantendo-se permanentemente concentrada neles, esquecendo todo o resto. É normal a birra quando alguém a contraria. É normal o medo e a raiva ganharem proporções traumáticas. O professor precisa aprender a se relacionar com a realidade do mundo autístico. Nessa relação, quem aprende primeiro é o professor e quem vai ensinar-lhe é o seu aluno.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, a educação no Brasil é dever da família e do estado, tendo por finalidade o desenvolvimento e o preparo do estudante para o exercício da cidadania, entretanto, um dos maiores desafios da escola nos dias atuais é contribuir para a formação moral e ética dos indivíduos. A cidadania para a criança ainda é uma ideia muito abstrata, portanto é necessário que a escola trabalhe isso em situações concretas, como por exemplo, valores da solidariedade, de se colocar no lugar do outro, principalmente quando se trata de crianças autistas que por sua natureza são na maioria das vezes egoístas.

A escola é o espaço onde as crianças aprendem a lidar com a diversidade cultural, é o espaço onde terão liberdade para a construção da sua identidade e para o autista isso é de suma importância, pois talvez aprenderá a respeitar o espaço do outro e os demais aprenderão a respeitar o espaço das crianças que possuem dificuldade na interação social.

A escola nem sempre está apta para receber alunos autistas, considerando a realidade das escolas públicas e infelizmente há poucas leis que ampare pessoas autistas e sua inclusão na escola de maneira adequada. Por isso, ainda há tanta exclusão, o que acaba afetando de forma significativa o processo de desenvolvimento da criança.

Apesar das dificuldades em desenvolver uma prática que se adeque à necessidade da criança autista, o número de alunos com autismo matriculados nas escolas vem aumentando cada vez mais. Essa demanda exige pessoas mais especializadas na área para todas as crianças tenham melhores condições de aprendizagem e, no caso do aluno autista, além da aprendizagem que ele possa ter as condições necessárias ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é fundamental que a escola tenha os meios necessários para o atendimento da criança autista, facilitando sua aprendizagem e o convívio com outras crianças. Como meio para favorecer o atendimento ao estudante com autismo podemos citar sala de recursos como um importante componente para facilitar o desenvolvimento da criança. Esse espaço é importante no papel de estimular no processo de desenvolvimento, principalmente relacionado aos comportamentos. Para Cunha,

A sala de recursos precisa ser simples, sem muitos objetos para que não haja estímulo em demasia. Neste ambiente, o aluno recebe uma educação individualizada, específica com ênfase na mudança de alguns comportamentos e aprendizado de outros. É importante não tentar muitas mudanças ao mesmo tempo. O aprendiz precisa visualizar somente os materiais ou os brinquedos que irá trabalhar, para que haja maior concentração possível. Entretanto, em um primeiro momento, o professor deve observar quais objetos ou atividades que o atraem mais, para usá-los nas tarefas. Detalhes, que, muitas vezes, são desconsiderados por nós, exercem grande atração (2014, p. 33).

A educação deve ser trabalhada com o aluno autista da maneira mais lúdica e agradável possível para que chame sua atenção e faça com ele fique concentrado nas atividades que serão desenvolvidas, atividades essas que serão repetidas dia após dia já que ele precisará de um período mais longo para aprender.

3.1 Autismo: o que é e quais suas características

O conceito de autismo foi estudado por vários pesquisadores durante muitos anos para que chegasse a definição atualmente conhecida, com o intuito de explicar o que seria de fato esse transtorno que está gradativamente destacando-se em meio a sociedade. De acordo com Orrú (2016, p. 16):

Dentre outros pesquisadores, numa tentativa cronológica de conceituação ou definição, em 1978, Rutter apresentou uma definição do autismo fundamentada em quatro critérios: “1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental; 2) problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; 4) início antes dos 30 meses de idade”.

Ainda que diferentes estudiosos tenham determinado suas concepções sobre este tema, todos seguem a mesma linha pensamento, pois o conceito definido por todos são basicamente o mesmo, pois todos afirmam que este se desenvolve ainda na infância. De acordo com Williams (2008), a criança leva um certo tempo para mostrar os sintomas de autismo, geralmente isso ocorre nos primeiros doze meses, podendo então ser percebido o atraso de alguns movimentos, como por exemplo, engatinhar e até mesmo falar algumas palavras como mamãe e papai, porém, não significa que todas as crianças que demonstrarem esse atraso são autistas.

No entanto, há ainda a Síndrome de Asperger que apesar de estar ligada com os conceitos definidos por Kanner, há diferenças entre os mesmos. Essa descrita por Asperger, segundo Maleval (2017, p. 46),

Manifesta-se muito cedo e se caracteriza por um contato perturbado, mas superficialmente possível, em crianças inteligentes que não aceitam nada dos outros e que se consagram naturalmente a atividades estereotipadas. Asperger considera que o transtorno fundamental reside numa limitação das relações sociais que persiste durante toda a existência.

A diferença entre esses pesquisadores Leo Kanner e Hans Asperger, é que Kanner estudou durante 5 anos apenas 11 crianças e todas menores de 11 anos, já Asperger se dedicou um pouco mais há essa pesquisa estudando 100 pessoas com a faixa etária entre 11 e 17 anos durante 10

anos. A pesquisa desenvolvida por Aspeger durante certo tempo era algo desconhecido, até que alguns psiquiatras como Van Krevelen passou a se interessar, este como muitos acreditava que a síndrome surgia mais tardiamente, até que as pesquisas realizadas comprovaram o contrário. Então, a síndrome de Aspeger é conhecida como um estado do TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Segundo Grandin (2018) a palavra autismo já existia no vocabulário psiquiátrico desde 1943, ou seja, podemos compreender então que a noção do que seria o autismo já existia, mesmo não possuindo uma nomenclatura e um conceito concreto. Dessa maneira não era dada a devida importância ao autismo, sendo tratado então com descaso e considerando apenas como uma característica da esquizofrenia.

Foi publicada em 1952 a primeira edição do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), e nessa primeira edição as palavras autismo e autista dificilmente apareciam, e quando apareciam estava se referindo aos sintomas de outros diagnósticos, como por exemplo, a esquizofrenia. Já na terceira edição, o autismo era definido na categoria de TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento). Grandin afirma,

A inclusão do autismo no DSM-III em 1980 foi importante porque formalizou o autismo como um diagnóstico, ao passo que a criação do TGD-SOE no DSM-III, em 1987, e a inclusão da síndrome de Aspeger no DSM-IV, em 1994, foram importantes para reposicionar o autismo em um espectro. A síndrome de Aspeger não era tecnicamente uma forma de autismo, segundo o DSM-IV; era um dos cinco transtornos listados como TGD, junto com o transtorno autista, TGD-SOE, síndrome de Rett e transtorno desintegrativo da infância. Mas ela rapidamente adquiriu a reputação de “autismo de alto funcionamento” e, quando surgiu a revisão do DSM-IV em 2000, os que faziam diagnósticos usavam alternativamente transtorno global do desenvolvimento e transtorno do espectro autista (ou TEA). (2018, p. 23)

A partir dessa edição do DSM que o autismo foi incluído, manifestou-se a ideia do espectro autista e juntamente uma epidemia de autismo, pois durante muito tempo as pessoas eram consideradas esquizofrênicas ou com qualquer outro diagnóstico já que o autismo era considerado apenas como uma característica da esquizofrenia. Com isso, o diagnóstico do transtorno do espectro autista foi aumentando cada vez mais. Não há como saber quantas pessoas foram diagnosticadas incorretamente por não ter tido a atenção que merecia. Entretanto, com tantas informações, o conhecimento sobre autismo aumentou e já é possível ter uma noção do que seja esse transtorno que durante muito tempo não teve sua definição concreta.

3.2 Família e a criança com autismo

Ao ser anunciada a chegada de um bebê, a família espera ansiosamente, acreditando que será uma criança saudável, linda e perfeita. Pelo menos é o primeiro pensamento que a família tem. Porém, a vida reserva surpresas que por vezes pode ser agradável para uns e desagradável para outros. Ao nascer, não há como a família saber se a criança é autista ou não, isso só será possível perceber nos primeiros três anos, ou ainda alguns sintomas nos primeiros seis meses. É claro que nos primeiros meses de vida não há sintomas óbvios, mas, os pais principalmente, já que são os mais próximos, podem perceber um comportamento aparentemente estranho. Segundo Williams (2008, p. 4):

Alguns bebês são muito passivos, outros muito inquietos – na verdade, iguais aos outros bebês, com personalidade e características próprias. A maioria dos pais de crianças que são posteriormente diagnosticadas com ASD comenta que os bebês pareciam ter desenvolvimento normal nos primeiros meses, embora muitos pais passam a temer a existência de algo errado no primeiro ano de vida.

É comum que os pais não estejam preparados para receber a notícia que terá um filho com deficiência, isso não era o esperado, porém, apesar do impacto alguns pais se esforçam, reorganizam suas vidas para se adaptar à realidade que terá que encarar. O tempo passa e os sintomas vão aparecendo mais claramente, aos dezoito meses já é mais notório que a criança não age como deveria agir nessa idade, os pais muitas vezes por não entenderem e as vezes não querer aceitar acabam por tentar inventar qualquer desculpa ou até mesmo procurar um culpado, como afirma Williams (2008, p. 5):

Geralmente, as primeiras preocupações surgem quando a criança tem cerca de 17 meses. Isso é relevante porque é nessa época que a criança recebe as primeiras vacinas, e alguns pais costumam associar os dois eventos. Até hoje, não se constatou nenhum vínculo entre as vacinas anti-sarampo, anticaxumba e anti-rubéola e a causa de ASD; e alguns pesquisadores acham que os pais culpam a vacina porque a ASD costuma surgir nessa idade.

Infelizmente a realidade sobre as deficiências ainda é de certa forma desconhecida por alguns pais, então nem sempre o autismo é aceito da melhor forma pela família, muitas vezes os pais não querem aceitar, outras vezes fingem estar tudo bem, fingem não ver que a criança possui comportamentos estranhos, talvez para não ter que lidar com essa situação que de certa forma exige muito dos pais. Aos pais que aceitam logo de início e decidem se adaptar à realidade da criança se torna mais fácil encarar a situação, algumas vezes deixam de lado o trabalho, os outros filhos e toda a família, isso acontece muito com as mães por conta do instinto protetor, que acredita ter que viver somente para o filho porque ele é dependente e ela precisa

estar sempre perto. De certa forma isso é verdade, porém, ocorre de a mãe acabar prejudicando a criança por tanta proteção.

As mães de crianças com autismo precisam deixar desde cedo a criança ter autonomia, ou pelo menos tentar já que não são em todos os casos que isso é possível. Chega então a fase de três a cinco anos, que nesta etapa os sintomas já são óbvios e torna-se necessário o acompanhamento de um especialista.

Com algumas crianças, por volta de três anos, ficará muito claro que há algo errado. Nos casos mais graves de autismo, por exemplo, a criança pode passar a maior parte do tempo em seu próprio mundo e dar a impressão de tratar as pessoas como se fossem objetos. Talvez seja incapaz de usar ou entender a linguagem, parece fascinada por objetos de casa e não por brinquedos; passa muito tempo balançando o corpo ou agitando as mãos. Outras podem ter sintomas muito mais sutis que se evidenciam aos poucos. Às vezes, as dificuldades ficam mais óbvias na escola ou no grupo de brincadeiras (WILLIAMS, 2008, p. 7).

De acordo com o autor, o processo de aceitação pode ser doloroso, mas é necessário que seja no início para que logo já se tenha estrutura para apoiar e conviver da melhor maneira com a criança. Nem sempre é somente os pais que tem dificuldade para aceitar que a criança tem um transtorno, normalmente os avós, tios e primos acabam se afastando, as vezes por não saber como lidar e as vezes por não querer lidar com a situação sem ao menos pensar no quanto já está sendo difícil para os pais.

Conforme o tempo, a criança vai crescendo e vai se tornando mais claro que ela é diferente e que precisa de atenção dobrada, chega a fase dos sete a onze anos e já não dá para fingir que não existe algo estranho. Entretanto, no início dessa descoberta os pais e, até mesmo a criança, encontram uma maneira de se comunicarem, com isso aos poucos vão se conhecendo e descobrindo verdades sobre o outro. Algo que contribui para essa comunicação é atenção nos gestos, costumes e até mesmo a percepção de novos olhares, considerando que na maioria das vezes isso acaba passando despercebido pelos familiares. (WILLIAMS, 2008).

No período de 12 a 17 anos também são claros os sintomas. Normalmente perceber os sintomas somente nessa idade ocorre por causa da falta de interesse da família que insiste na ideia de uma criança “perfeita”. Na adolescência é a fase em que o indivíduo busca sua autonomia e independência.

Às vezes os pais já suspeitam, há algum tempo, que o filho é diferente. Talvez tenham notado alguns dos comportamentos citados acima, mas procuram justificá-los dizendo que o filho é tímido ou introvertido por natureza – principalmente se um dos pais ou familiares tem personalidade semelhante. Essa pode não ser a explicação mais provável. (WILLIAMS, 2008, p. 11)

É muito complexo esse processo pelo qual a família passa ao ir em busca de aprender e compreender a melhor maneira de cuidar de seu filho. Muitas vezes as mães principalmente entram em desespero por pensar não ser capaz de se adaptar a uma nova realidade, quer queira ou não tudo mudará. A família muitas vezes abre mão de uma vida social sem se dar conta que está deixando tudo de lado e vivendo apenas no mundo autista.

Muitos pais com o instinto protetor acabam privando a criança e se privando de manter relações sociais e afetivas, isso pode fazer diferença talvez na vida do autista principalmente, pois já possui a dificuldade de se relacionar com outros indivíduos, então se não houver o contato ou a família ao menos tentar não se isolar pode ser que a convivência seja menos complexa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados foram obtidos através do questionário semiestruturado, que nos permitiu ter uma visão mais ampla dos procedimentos realizados no AEE (Atendimento Educacional Especializado), e compreender como está organizado esse espaço que está inserido nas escolas da rede pública, visando contribuir de maneira a complementar a formação do aluno.

Por ser uma temática bastante discutida, a Educação Especial está conquistando cada vez mais direitos perante a sociedade, com isso, o aumento de alunos com deficiência matriculados na escola regular vem aumentando. Entretanto, sabe-se que para um aluno com necessidades especiais progredir no processo educacional é preciso desempenho dos profissionais que lidam com esses alunos.

4.1 Organização da sala de recurso/sala de atendimento

É fundamental que toda escola possua uma sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), facilitando então o acesso das crianças que possuem necessidades especiais. É de suma importância que o professor que atua na sala de recurso tenha formação que possibilite o desenvolvimento de habilidades e estimulação cognitiva, com o intuito de complementar o ensino da sala de aula regular.

Para sabermos como a sala de recursos está organizada e como atuam os professores, a primeira questão se refere as atividades que são desenvolvidas no atendimento educacional especializado, e as respostas obtidas revelam que são realizadas inúmeras atividades, como por exemplo, a P3 afirma desenvolver várias atividades dentre elas, o ensino do uso e funcionalidade da informática acessível facilitando o processo de aprendizagem dos alunos, pois através do acesso as tecnologias é possível despertar o interesse dos mesmos. De acordo com Melo (2010, p. 18)

O computador e a internet permeiam uma série de atividades dentro e fora da escola. Crianças e jovens podem acessar informação em sites e bibliotecas digitais, fazer pesquisas individualmente ou em grupo, desenvolver habilidades de comunicação com auxílio de uma variedade de ferramentas (ex.: e-mails, mensagens instantâneas, fóruns, blogs), produzir conhecimento com seus colegas e com crianças e jovens de outras escolas veiculados em diferentes mídias (ex.: textos, imagens, sons, vídeos, apresentações multimídia, sites), integrar redes sociais.

Portanto, as atividades que são desenvolvidas através da informática podem ser um meio facilitador de interação social para os alunos que possuem essa dificuldade, facilitando também,

a produção textual e a leitura. A mesma ainda cita como uma de suas atividades, o ensino do uso da comunicação aumentativa e alternativa, que possibilita

A construção de novos canais de comunicação, através da valorização de todas as formas expressivas já existentes na pessoa com dificuldade de comunicação. Gestos, sons, expressões faciais e corporais devem ser identificadas e utilizadas para manifestar desejos, necessidades, opiniões, posicionamentos, tais como: Sim, Não, Olá, Tchou, Dinheiro, Banheiro, Estou bem, Tenho dor, Quero (determinada coisa para a qual estou apontando), tenho fome e outras expressões utilizadas no cotidiano. (SARTORETTO, 2010, p. 21-22)

Para mais, a P4 reconhece que as atividades são desenvolvidas de acordo com as necessidades de cada criança sendo realizadas individualmente, e dentre as atividades a mesma afirmou trabalhar com tecnologias assistivas que de acordo com Sartoretto (2010) trata-se de uma resolução de dificuldades funcionais de pessoas com deficiência visando solucionar problemas de mobilidade, autocuidado, adequação postural, acesso ao conhecimento, produção de escrita entre outros. Ademais, a TA (tecnologia assistivas) faz parte da comunicação aumentativa e alternativa citada anteriormente (P3).

Seguindo adiante, o P5 cita outras atividades como: (AVAS) atividades da vida autônoma e social, atividades de mobilidade e locomoção, percepção e orientação dentre outros que já foram citados anteriormente. Essa questão se refere aos conhecimentos sobre as atividades que podem ser desenvolvidas com os alunos que possuem deficiência e frequentam a sala de recurso, as respostas nos permitiu compreender e principalmente conhecer essas diversas atividades que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos que necessitam desse atendimento especializado.

Sabe-se que as atividades realizadas na sala de recurso, possibilitam aos alunos o acompanhamento das atividades propostas na sala de aula regular, partindo disso, a próxima questão vem discutir a diferença que há entre o trabalho realizado no AEE e o trabalho que é realizado na sala de aula regular.

Hoje a lei garante ao aluno com deficiência o direito ao acesso à educação regular e também ao atendimento educacional especializado, sendo no turno contrário ao seu horário escolar. Segundo Ropoli (2010, p. 17)

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola.

Vale ressaltar que as atividades desenvolvidas no AEE não são substitutivas à sala regular, por isso há diferença entre ambos. O atendimento educacional especializado oferece ao aluno atividades que contribuirão para o seu processo de aprendizagem, tornando-se um complemento as atividades que são realizadas na sala de aula regular, em contrapartida, o P1 afirma que a diferença é *acolher os alunos e apresentar meios e recursos adequados[...]aqueles que encontram barreiras para a aprendizagem*. Isso nos leva a entender que na sala de recursos o professor apresenta meios que ajudem o aluno a superar sua dificuldade, já que na sala de aula regular não há esse trabalho individualizado com os alunos.

Em sua resposta o P2 deixa claro a diferença que há entre a sala regular e o AEE, afirmando que na sala regular o *trabalho [...] se detém no ensino e aprendizagem como um todo, no processo educacional. Ela estimula os alunos a desenvolver a sua criatividade, participação e interação, envolvendo sempre o todo*, como citado anteriormente na sala regular o trabalho não é individual, ou seja, o professor não é capacitado para desenvolver atividades que possam ultrapassar as barreiras dos alunos que necessitam do atendimento educacional especializado, por se tratar de uma turma com muitos alunos, sendo assim, o trabalho de elaborar atividades que contribuam para o processo de aprendizagem desses alunos se destina ao AEE.

É possível perceber a diferença em todas as repostas obtidas, então, pode-se afirmar que na sala de aula regular o professor encontra muitas dificuldades para desenvolver atividades individuais que possa superar as barreiras encontradas pelos alunos que possuem alguma deficiência. Com isso, é possível compreender porque é importante esse atendimento educacional especializado.

Se tratando de organização pedagógica, é de suma importância que haja um planejamento para realizar o trabalho na sala de recurso, assim, procuramos compreender na questão seguinte como está organizado esse planejamento e como é desenvolvido. Através das respostas obtidas ficou claro que este deve ser flexível e individual levando em consideração as dificuldades e deficiência de cada aluno.

Ademais, em sua resposta a P5 afirma *está organizado de acordo com a deficiência apresentada e o nível da deficiência [...]*. Com isso, compreendemos a importância da elaboração de um plano, onde serão especificadas todas as atividades a serem realizadas, propondo metas que deverão ser alcançadas, isso será de acordo com cada deficiência e o nível dela.

Dando prosseguimento, perguntamos aos professores da sala de recurso quais são os desafios para o atendimento de alunos com deficiência, principalmente para atender o aluno

com autismo, considerando que as dificuldades em lidar com o autismo não se resumem apenas ao fato de lidar com o comportamento da criança, mas também com as situações de aprendizagem e o desenvolvimento pleno da criança na escola.

Diante das respostas obtidas podemos perceber os inúmeros desafios que esses profissionais enfrentam diariamente para lidar com esses alunos que possuem deficiência, dentre eles há a questão de materiais que não são disponibilizados, os espaços que são pequenos, e ainda há a dificuldade de aceitação da família como afirma o P2: *O maior desafio provém da família, pois na sua maioria não aceita que seu filho ou filha tenha um certo tipo de deficiência, e principalmente que se refere ao autismo.* Pois, sabe-se que nem todos estão preparados para aceitar o fato de que seu filho (a) possui alguma deficiência, isso não era esperado, então torna-se mais difícil para alguns aceitar essa nova realidade. Com isso, muitas vezes dificulta o trabalho do professor, visto que deve haver a parceria entre a família e a escola, principalmente com o professor da sala de recurso, considerando que será o mesmo que irá desenvolver o trabalho individualizado com seu filho.

Outra resposta que nos chama a atenção é do P4 quando diz que *Um dos grandes desafios é primeiro conquistar esse aluno, saber sua deficiência, procurar estudar sobre o assunto para atender esse aluno, saber o que esse aluno gosta e não gosta, suas habilidades e frustrações.* Então, podemos avistar que esse profissional tem o interesse de conhecer o seu aluno e tenta encontrar a maneira mais viável de trabalhar com o mesmo facilitando o seu trabalho e a aprendizagem do seu aluno.

As dificuldades em lidar com o autismo não se resumem apenas ao fato de lidar com o comportamento da criança, mas também com as situações de aprendizagem e o desenvolvimento pleno da criança na escola. Considerando o que prevê a lei, quanto a garantia da criança frequentar uma sala regular, há uma falha no atendimento a essas crianças, portanto, uma falha no processo de inclusão que não recai sobre o professor, mas toda forma como a escola está organizada para atendê-los.

Portanto, podemos compreender que são inúmeros os desafios para lidar com essa diversidade de alunos que frequentam o AEE, porém, cabe ao profissional buscar caminhos viáveis para a realização das atividades.

4.2 O AEE e as diferenças na/da Educação especial no município

O atendimento educacional especializado se difere do atendimento na sala regular, pois, na sala regular o professor não desenvolve um trabalho individualizado com o aluno que necessita de atenção especial. A sobrecarga de trabalho não permite que o professor realize um atendimento voltado às necessidades educacionais da criança, por isso o atendimento educacional especializado promove ao aluno o desenvolvimento de um trabalho individualizado que atenda às suas necessidades no processo de aprendizagem.

O quadro a seguir mostra os perfis dos alunos que são atendidos na sala de recursos multifuncionais na rede pública municipal:

Quadro 1 – Atendimentos de crianças com deficiência na escola

Atendimento/Deficiência					
Sujeitos	TEA	Altas habilidades/superdotação	Sensorial	Múltipla	TGD
P1					
P2					
P3	x	X			
P4		X	x	x	x
P5	x	X	x		x
P6		X		x	x
P7			x		

Fonte: Lobato, (2019).

Conforme o quadro, podemos ver quais são os perfis de atendimento que os professores atendem na sala de recurso de oito escolas no município: a) autismo; b) altas habilidades e superdotação; c) deficiência sensorial; d) deficiência múltipla; e) TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento). E para isto esse profissional que atua na sala de recursos necessita de uma formação adequada permitindo propor aos alunos atividades que acompanhe o plano que está sendo realizado na sala regular, porém, com mais atenção e empenho, de modo que seja realizado individualmente.

Dos professores entrevistados dois (P3 e P5) afirmaram atender alunos com Transtorno do Espectro Autista, de modo que esses desenvolvem atividades (questão 1) como tecnologias assistivas, utilizando as mesmas numa ideia de educação para autonomia, e ultrapassando barreiras que limitam esses alunos nos desafios educativos. Ademais, utilizam estratégias de autonomia no ambiente escolar, entre outras. Essas atividades são fundamentais para a realização desse trabalho individualizado.

É de suma importância que esses profissionais que atuam no AEE possuam especialização adequada de modo que estejam preparados para lidar com esse perfil de atendimento, pois o transtorno exige muita competência e capacidade do profissional para atuar.

Ainda temos quatro professores (P3, P4, P5 e P6) que afirmaram atender alunos com altas habilidades e superdotação, de maneira que esses desenvolvem seu trabalho realizando atividades como o ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa que pode se dar de inúmeras formas como a fala, um olhar compartilhado, texto, gestos, expressões faciais, os toques, entre outros, ainda realizam atividades de percepção e orientação e atividades que estimulam o desenvolvimento cognitivo, motor e social.

Todavia, é possível perceber que cada vez mais a inclusão vem reivindicando mudanças nas escolas, estas que não se direcionam apenas ao espaço interno escolar, e com isso as problemáticas aumentam com frequência, principalmente pela falta de formação especializada dos profissionais da educação. Por isso, é indispensável que o professor tenha formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial.

Destacamos ainda três professores (P4, P5 e P7) que disseram atender alunos com deficiência sensorial e dois professores (P4 e P6) que atendem alunos com deficiência múltipla. É importante compreender as dificuldades que estes possuem ao atender esses perfis, elaborando atividades que contribuem positivamente para o seu processo de ensino e aprendizagem.

Destaca-se ainda os professores (P4, P5 e P6) que disseram atender alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), estes que como os demais exigem dedicação e especialização para facilitar esse processo que se torna mais complexo para aqueles que necessitam de atendimento especializado.

Contudo, nota-se que é indispensável que o professor que atende esses perfis tenha especialidade e capacidade para seguir nesse caminho que por vezes torna-se complexo, podendo alcançar seus objetivos realizando um trabalho que elimine as barreiras que impedem esses alunos de ter autonomia na sala de aula regular, levando em consideração que a inclusão é uma realidade no AEE (Atendimento Educacional Especializado).

4.3 O atendimento educacional especializado para o aluno autista

O atendimento educacional especializado é de suma importância para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, pois, este auxilia o professor da sala de aula regular,

já que o mesmo enfrenta diversos desafios para atender alunos com autismo por falta de formação para lidar com esses alunos.

Sabe-se que para atuar no AEE o professor precisa ter formação adequada, pois é um trabalho complexo a ser realizado, mesmo porque a demanda de alunos com autismo vem aumentando cada vez mais e isto exige muita competência, dedicação e preparação para atuar na área. Ademais, vale ressaltar que o trabalho realizado no AEE não substitui as atividades que são realizadas na sala de aula regular, mas sim contribuem e facilitam o desenvolvimento desse trabalho.

Levando em consideração todas as respostas obtidas, o AEE é uma espécie de trabalho em que desenvolve a criatividade, a interação social e a participação dos alunos. Em contrapartida, o P3 afirma na segunda questão que as atividades realizadas no AEE *[...] complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com base na autonomia e independência na escola e fora dela*. Portanto, fica claro que é essencial haver a parceria entre o professor da sala de recurso e o professor da sala regular, pois é necessário que realizem esse trabalho da melhor forma possível, considerando que esses alunos já possuem dificuldades que devem ser enfrentadas.

Entretanto, compreendemos os desafios e a importância desse atendimento para os alunos, pois é na realização desse trabalho que o professor tem a oportunidade de desenvolver atividades que possam ser trabalhadas individualmente com os alunos de forma que facilitará a aprendizagem do mesmo. É importante ressaltar que na sala de aula regular o professor não desenvolve esse trabalho individualizado, pois torna-se difícil atender os alunos autistas individualmente, considerando que na sala de aula regular o professor atende em média trinta e cinco alunos e mais o aluno com deficiência tornando-se quase impossível dá o suporte necessário para esse aluno.

O atendimento educacional especializado geralmente é dado na sala de recursos multifuncionais. Este espaço deve ser apropriado ao atendimento das crianças com deficiência que, segundo P3 *É um ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do AEE, que tem como objetivo dar condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiências [...]*. A organização do ambiente diz muito sobre o trabalho que é realizado com os alunos, devendo ser um ambiente acolhedor, que não desvie a atenção dos alunos principalmente dos alunos autistas que perdem a atenção com muita facilidade.

O trabalho realizado no AEE tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento do aluno autista, de forma que contribui significativamente para a sua

formação, levando em consideração que o AEE ajudará no seu processo de interação social, sendo esse o maior desafio do autista.

Como já falado anteriormente, é importante que haja a parceria entre o professor da sala de recursos e o professor da sala regular, pois, o AEE é um suporte para este que não possui formação para lidar com o aluno autista, entretanto, sabe-se que há vários desafios que precisam ser encarados, e dentre eles, *a falta de formação do professor da sala regular; a resistência de alguns professores na adaptação das atividades* (P3), através disso, é possível compreender que ainda há muita resistência dos professores que atuam na sala regular, sendo eles os que mais precisam de suporte, uma vez que não foi capacitado para lidar com essa diversidade em sala de aula, e sem a parceria entre ambos torna-se dificultoso até mesmo para o professor que atua no AEE e possui formação para tal.

Estabelecer uma relação de confiança com o aluno autista é essencial para que o (a) professor (a) possa desenvolver seu trabalho e com isso, o potencial do aluno. *Um dos grandes desafios é primeiro conquistar esse aluno* (P4), *é conseguir a confiança do aluno e para ter a confiança dele mesmo, assim o resultado do trabalho será proveitoso* (P5).

É importante que a criança autista estabeleça um elo de confiança com aqueles que estão próximos a ela. Isso não é fácil de acontecer, pois o autista dificilmente permite a aproximação de pessoas aleatórias, porém, ao estabelecer esse elo de confiança, a criança está tendo a oportunidade de avançar, desenvolvendo suas habilidades e, conseqüentemente, progredindo em seu processo de aprendizagem.

Em muitas situações, professores são desafiados no exercício de sua função. Muitas dificuldades surgem dentro e fora da escola, ou seja, no atendimento à criança com autismo ou outra deficiência as dificuldades são inúmeras. Por exemplo, na questão interação, *depende muito do grau do autismo da criança* (P1), ou ainda, *na adaptação inicial na escola* (P3). Também há dificuldades no atendimento por conta da falta das crianças, pois, *como o atendimento é contra turno, tem pais que não se preocupam em levar as crianças* (P2). Assim, de acordo com os dados, pudemos observar que os professores têm que lidar com várias dificuldades no atendimento da criança autista.

Entende-se que a escola é um espaço de convivência, que exige o cumprimento de regras para manter a organização e a ordem. Para as crianças com deficiência, o processo de adaptação inicial pode ser difícil ao *cumprir horários e regras* (P3). No entanto, vale ressaltar que *[...] cada autista é diferente um do outro* (P4). Então, depende muito da maneira como cada um reage, por isso é importante que esses alunos possuam atenção especial dos profissionais que estão recebendo-os.

Para o melhor desenvolvimento do aluno autista é importante que sejam realizadas atividades fora da sala de recurso, pois isso contribui para a inclusão do mesmo, atividades como *projetos onde [...] as turmas apresentam em forma de música, teatros, histórias* (P2), e também *equina terapia, musicoterapia, fonoaudiologia* (P3). Atividades como essas propiciam às crianças maior independência e autonomia melhorando consideravelmente o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor, tendo em vista que esses são um dos maiores desafios desses alunos.

Atividades integradoras como estas citadas anteriormente, contribuem tanto para a realização do trabalho do professor da sala de recursos quanto para o processo de aprendizagem do próprio aluno, e um fator fundamental é a participação da família, pois *é essencial que se estabeleça uma relação de confiança e cooperação entre a escola e a família, é favorável ao desenvolvimento da criança* (P1). Há uma necessidade de aproximação entre a família e a escola, o envolvimento dos pais é fundamental para garantir a adaptação e aprendizagem dos estudantes com autismo. A família tem o dever de *participar, acompanhar e partilhar juntamente com eles, no decorrer das atividades, como também, no decorrer do desenvolvimento educacional, da vida dos autistas* (P2), o que significa que, havendo a parceria entre a escola e a família, o processo educacional do autista pode não ser tão complexo.

Partindo disso, é possível compreender a importância do AEE para os alunos que possuem deficiência, pois este contribui de maneira significativa para o processo de desenvolvimento de cada aluno, pois sabe-se que o atendimento educacional especializado tem o objetivo de atender as necessidades dos mesmos, complementando a formação do estudante, disponibilizando recursos de acessibilidade e estratégias que ultrapassem as barreiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos permitiu compreender e conhecer as lutas ao longo dos anos em favor do reconhecimento do autismo como uma deficiência e principalmente a favor da inclusão das pessoas com deficiência tanto no âmbito educacional como também no âmbito social.

Contudo, no decorrer de muitos estudos, pesquisadores confirmaram a possibilidade da pessoa com autismo, especialmente as crianças, estarem inseridas no âmbito social e também, a capacidade de aprender como qualquer outra pessoa. Entretanto, sabe-se que essas pessoas necessitam de mais atenção e compreensão levando em consideração que o desenvolvimento de pessoas com transtorno do espectro autista é mais lento, por isso a importância de respeitar seu tempo e seus limites sem pressões ou críticas negativas.

Desse modo, foi possível compreendermos os desafios enfrentados pelos professores ao realizar seu trabalho com os alunos autistas na sala de recurso, dentre eles, tem a questão de conquistar a confiança dos alunos, como também, a aceitação da família que muitas vezes interfere significativamente de forma negativa no processo de aprendizagem do aluno.

Ainda ficou claro a importância da participação e interação da família na vida escolar e cotidiana da criança autista, pois é onde tudo se inicia, devendo haver e sendo de fundamental relevância a parceria entre a escola e a família, para contribuir positivamente no processo de ensino e aprendizagem dessas crianças. A escola possui um papel fundamental no que se refere a ultrapassar as barreiras encontradas por esses alunos, pois no âmbito escolar as crianças interagem e se desenvolvem em todos os aspectos.

A pesquisa também nos permitiu conhecer a maneira como a sala de recursos está organizada para atender esses alunos, nos mostrou que há um planejamento para a realização das atividades considerando todas as necessidades dos alunos, de modo que facilite o processo de aprendizagem dos mesmos, pois a sobrecarga de trabalho não permite que o professor da sala regular realize um atendimento voltado às necessidades educacionais da criança, por isso o atendimento educacional especializado promove ao aluno o desenvolvimento de um trabalho individualizado que atenda às suas necessidades no processo de aprendizagem.

É possível compreender a importância do AEE para os alunos que possuem deficiência, pois este contribui de maneira significativa para o processo de desenvolvimento de cada aluno, pois sabe-se que o atendimento educacional especializado tem o objetivo de atender as necessidades dos mesmos, complementando a formação do estudante, disponibilizando recursos de acessibilidade e estratégias que ultrapassem as barreiras.

Sabendo-se que o autista é disperso e tenta se isolar, é de suma importância que as pessoas que convivem com ele fiquem atentos e tente conhecer a realidade da criança, seus modos e

suas manias, que muitas vezes realizará atividades repetitivas e atrasos para atingir os marcos de desenvolvimento e isso é normal.

Vale ressaltar a importância de todos os movimentos que surgiram a favor da inclusão, pois antes de se praticar a inclusão necessariamente se praticou a exclusão, dessa forma, tão importante quanto praticarmos efetivamente a inclusão é deixarmos de praticar a exclusão. Isso ocorre quando as crianças com necessidades educacionais especiais são inseridas em escolas não inclusivas, ou seja, escola que não possui estrutura física e pedagógica para receber esses alunos.

Então, é preciso que entendamos que, atualmente, estamos inseridos em um mundo com muita diversidade, onde temos pessoas com necessidades diversas que precisam ter acesso à educação. Por fim, concluímos que a inclusão é o primeiro passo para se chegar as igualdades de direitos, pois é esta que promove a diversidade, eliminando obstáculos que dificultam a aprendizagem e principalmente a participação no processo educativo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2000.
- CARREGARI, Júlio; TREVISAN. Patrícia Fantinel. **Construindo conhecimento em Educação Especial**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2011.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- COSTA, Vanderlei Balbino da. **Novos horizontes sobre inclusão escolar: múltiplos olhares**. Curitiba: CRV, 2017.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.
- DRAGO, Rogério. **Inclusão na educação infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GRANDIN, Temple. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- MALEVAL, Jean-Claude. **O autista e a sua voz**. São Paulo: Blucher, 2017.
- MELO, Amanda Meincke. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: **livro acessível e informática acessível**. [Fortaleza], v.8: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- ROMERO, Priscila. **O aluno autista: avaliação, inclusão e mediação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.
- ROPOLI, Edilene Aparecida. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: **a escola comum inclusiva**. [Fortaleza], v.1: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- SARTORETTO, Maria Lúcia. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: **recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. [Fortaleza], v.6: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WILLIAMS, Chris. **Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: Estratégias práticas para pais e profissionais**. São Paulo: M Books do Brasil, 2008.

WHITMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do autismo**. São Paulo: M Books do Brasil, 2015.

ANEXOS

Anexo A – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a)

Convidamos o (a) senhor (a) para participar da pesquisa **O universo autista no município de Humaitá/AM**, que será desenvolvida pela pesquisadora **Débora Taiane Ferreira Lobato**, cujo endereço Rua Castelo Branco, No 2232, Bairro Nova Esperança; e-mail: fdeborataiane@gmail.com; telefone (97) 984107940, sob a orientação da Professora Me. Francisca Chagas da Silva Barroso, com endereço profissional na Rua 29 de Agosto, 786, Humaitá/AM, telefone institucional (92) 33731180, e-mail: fsilvabarroso@yahoo.com.br.

O objetivo principal desta pesquisa é Compreender os desafios para atender crianças com Transtorno do Espectro Autista. Os **objetivos específicos** estabelecidos nessa pesquisa são: Conhecer como a escola está organizada para atender alunos com autismo; Identificar possíveis ações das secretarias de educação no atendimento à criança com autismo; Mapear o público existente em Humaitá com diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de questionário semiestruturado sobre o desenvolvimento de suas atividades com crianças com Transtorno do Espectro Autista, no cotidiano da escola pública, respondendo aos questionamentos do mesmo. Sua aceitação será uma contribuição nas reflexões no que concerne à política para inclusão educacional com vistas na educação de crianças com necessidades educacionais especiais, a nível municipal. Como se trata de uma pesquisa envolvendo seres humanos existem riscos que serão minimizados tomando os seguintes procedimentos: a) O participante terá os esclarecimentos necessários sobre sua participação na pesquisa; b) Todo o cuidado será tomado para que as informações sejam dadas de forma clara observando as questões culturais que envolvem os participantes; c) Aos participantes será dado o tempo necessário para tomar sua decisão em participar ou não da pesquisa; d) Os participantes serão informados sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem utilizados, bem como os riscos decorrentes de sua participação; e) Os participantes serão informados sobre o sigilo de suas identidades; f) Se, contudo o (a) participante se sentir desconfortável poderá, a qualquer momento, encerrar sua participação em qualquer fase pesquisa.

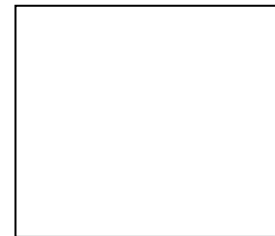
Se depois de consentir sua participação, o Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) senhor (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) senhor (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, telefone (92) 3305-1181 Ramal 2004 / (92) 9171-2496.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que a pesquisadora **Débora Taiane Ferreira Lobato**, quer fazer e porque precisa da minha colaboração, entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhuma remuneração e que posso desistir quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via para cada um de nós.

Data: ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do pesquisador Responsável

Impressão do dedo polegar

Caso não saiba assinar

Anexo B – Modelo de questionário semiestruturado**Modelo de questionário para os professores/sala de recurso**

Nome _____

Função _____

Idade _____

Tempo de serviço _____

1. Quais são as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado?
2. Qual o diferencial entre o trabalho do AEE e o realizado na sala regular?
3. Quais os perfis do atendimento na sala de recurso?
4. Existe um planejamento para a realização das atividades de atendimento? Se sim, como está organizado?
5. O que é uma sala de recursos multifuncionais?
6. Quais os desafios para o atendimento de alunos com deficiência, principalmente para atender o aluno com autismo?
7. Qual a formação necessária para atuar na sala de recurso, e no caso do aluno com autismo, como se dá esse atendimento?
8. Tem dificuldades para o atendimento a crianças com autismo? Quais?
9. Além da sala de recurso, que outras atividades estão voltadas para o atendimento a esses alunos (com autismo)?
10. Qual o papel dos pais/família no desenvolvimento das atividades das crianças com autismo?